

Colégio Sala Ordem 

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE)

Técnico Judiciário - Área Administrativa

Nome do Candidato Nº de Inscrição Nº do Caderno Nº do Documento ASSINATURA DO CANDIDATO

2º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Eu sou imparável!

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer outro material.
- Em hipótese algum os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2501103126M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE)

TRT 6ª Região

CARGO:

Técnico Judiciário

ÁREA:

Administrativa

MODELO/BANCA:

FCC - Fundação Carlos Chagas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

01/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

01/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TRT 6ª Região (PE) - 2º Simulado - Técnico Judiciário - Área Administrativa (Pós-Edital)

LÍNGUA PORTUGUESA

Fidelis Almeida

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, baseie-se no texto abaixo.

1 *Em essência, o processo de divisão é uma maneira conveniente e útil de pensar sobre as coisas, principalmente no domínio das atividades práticas, técnicas e funcionais (por exemplo, dividir um terreno em diferentes campos onde várias safras serão cultivadas).*

5 *Todavia, quando este modo de pensamento é aplicado de uma forma mais ampla à noção do homem a respeito de si mesmo e a respeito do mundo todo em que vive (isto é, à sua visão de mundo pessoal), então ele deixa de considerar as divisões resultantes como meramente úteis ou convenientes e começa a ver e a experimentar a si próprio, e ao seu mundo, como efetivamente constituídos de fragmentos separadamente existentes. Guiado por uma visão pessoal de mundo fragmentária, o homem então age no sentido de fracionar a si mesmo e ao mundo, de tal sorte que tudo parece corresponder ao seu modo de pensar. Ele, assim, obtém uma prova aparente de que é correta a sua visão de mundo fragmentária, embora, é claro, negligencie o fato de que é ele*
10 *próprio, agindo de acordo com o seu modo de pensar, a causa da fragmentação que agora parece ter uma existência autônoma, independente da sua vontade e do seu desejo.*

15 *É instrutivo considerar que a palavra health (saúde) em inglês baseia-se na palavra anglo-saxônica hale, que significa “inteiro” [whole, em inglês: isto é, estar com saúde é estar inteiro, o que é mais ou menos o equivalente, penso, da palavra hebraica “shalem”. Igualmente, o inglês holy [sagrado, santo] baseia-se na mesma raiz que whole. Tudo isso indica que o homem sempre sentiu que a integridade ou totalidade é absolutamente necessária para que a vida valha a pena ser vivida.*

BOHM, David. A totalidade e a ordem implicada: uma nova percepção da realidade. 12. ed. Trad.: Mauro de Campos Silva. São Paulo: Cultrix, 2001. Adaptado

1. Segundo o autor,

- (A) o pensamento fragmentado é derivado do funcionamento técnico e prático da sociedade.
- (B) a visão fragmentada do mundo reforça a percepção de uma realidade independente da ação humana.
- (C) a fragmentação percebida é causada pelo homem ao agir de acordo com sua visão de mundo.
- (D) a perda do sentido de totalidade decorre do afastamento da humanidade de suas origens culturais.
- (E) a fragmentação do mundo ocorre devido à aplicação do pensamento técnico às atividades cotidianas.

2. **Não** expressa nenhuma circunstância a oração destacada em:

- (A) *Todavia, quando este modo de pensamento é aplicado de uma forma mais ampla à noção do homem a respeito de si mesmo e a respeito do mundo todo em que vive* (2º parágrafo)
- (B) *Guiado por uma visão pessoal de mundo fragmentária, o homem então age no sentido de fracionar a si mesmo e ao mundo* (2º parágrafo)
- (C) *o homem então age no sentido de fracionar a si mesmo e ao mundo, de tal sorte que tudo parece corresponder ao seu modo de pensar* (2º parágrafo)
- (D) *embora, é claro, negligencie o fato de que é ele próprio, agindo de acordo com o seu modo de pensar, a causa da fragmentação* (2º parágrafo)
- (E) *Tudo isso indica que o homem sempre sentiu que a integridade ou totalidade é absolutamente necessária para que a vida valha a pena ser vivida* (3º parágrafo)

3. De acordo com o gramático Evanildo Bechara (Moderna Gramática Portuguesa, 2009), uma expressão expletiva ou de realce não apresenta função sintática. Um exemplo de expressão expletiva é o segmento destacado em:

- (A) *a respeito de si mesmo e a respeito do mundo todo em que vive* (2º parágrafo)
- (B) *Ele, assim, obtém uma prova aparente de que é correta a sua visão de mundo fragmentária* (2º parágrafo)
- (C) *a causa da fragmentação que agora parece ter uma existência autônoma* (2º parágrafo)
- (D) *isto é, estar com saúde é estar inteiro, o que é mais ou menos o equivalente* (3º parágrafo)
- (E) *É da indiferença do universo que nasce nossa mágoa.* (3º parágrafo)

4. A supressão da(s) vírgula(s) destacada(s) é gramaticalmente lícita em:
- (A) *começa a ver e a experimentar a si próprio (,) e ao seu mundo (,) como efetivamente constituídos de fragmentos separadamente existentes* (2º parágrafo)
 - (B) *Ele (,) assim (,) obtém uma prova aparente de que é correta a sua visão de mundo fragmentária* (2º parágrafo)
 - (C) *embora (,) é claro (,) negligencie o fato de que é ele próprio, agindo de acordo com o seu modo de pensar* (2º parágrafo)
 - (D) *a causa da fragmentação que agora parece ter uma existência autônoma (,) independente da sua vontade e do seu desejo* (2º parágrafo)
 - (E) *isto é, estar com saúde é estar inteiro (,) o que é mais ou menos o equivalente, penso, da palavra hebraica “shalem”* (3º parágrafo)

Atenção: Para responder às questões de números 5 a 7, baseie-se no texto abaixo.

1 *Nietzsche foi o primeiro filósofo a perceber de forma clara o ressentimento como marca humana essencial. Nesse sentido, foi mais profundo do que todo o blábláblá da luta de classes, tema na moda por décadas. Mas essa moda se deve justamente ao fato de a luta de classes ser um conceito que deita raízes justamente no ressentimento que a vida social gera porque somos o tempo todo lançados a conviver com gente melhor do que nós.*

5 *O ressentimento tem uma raiz profunda (o pânico diante da indiferença no universo vazio), mas um dos seus efeitos mais marcantes é exatamente a tendência de nos tornar superficiais, porque assim nos protege da consciência do próprio ressentimento. Desse modo, uma vida para o consumo cai bem, porque o ressentimento vive bem com a vida desperdiçada no consumo. A alegria breve do consumo alivia o peso da chaga do vazio que segue sendo nossa sombra. Não existe cura para a causa do ressentimento, existem modos distintos para nos relacionarmos com ele. Não há cura para uma verdade, apenas modos de enfrentá-la ou de evitá-la. A covardia contemporânea é nosso modo específico de evitar essa verdade íntima.*

10 *Nietzsche conta que, num recanto distante do universo, uma estrela tinha um planeta a sua volta. Neste, uma raça de insetos viveu por 1 milhão de anos e criou uma coisa chamada conhecimento, que os insetos tinham em alta conta. Com a morte da estrela, tudo se apagou. E o universo continuou no seu silêncio e na sua indiferença. Nasce aí nosso ressentimento. É da indiferença do universo que nasce nossa mágoa.*

PONDÉ, Luiz Felipe. A era do ressentimento: uma agenda para o contemporâneo. São Paulo: LeYa, 2014. (com adaptações)

5. Na perspectiva do texto, o ressentimento
- (A) é fruto de uma interação histórica entre a desigualdade social e o pânico diante do vazio existencial.
 - (B) manifesta-se no consumo superficial, que alivia temporariamente o desconforto gerado pela vida em sociedade.
 - (C) é inerente à condição humana, sendo reforçado pela incapacidade de evitar a convivência com pessoas melhores.
 - (D) tem raízes na indiferença do universo e permanece como uma verdade sem solução, apenas enfrentada ou evitada.
 - (E) é exacerbado pela luta de classes, fenômeno historicamente sustentado por mágoas sociais e desigualdades.

6. Considerando-se o texto, traduz-se adequadamente o sentido das expressões em:

Preservando-se as relações de sentido substitui-se adequadamente, com os devidos ajustes, o sentido do segmento textual em:

- (A) *foi mais profundo* (1º parágrafo) = alcançou maior sofisticação filosófica.
- (B) *deita raízes* (1º parágrafo) = estabelece vínculos históricos.
- (C) *cai bem* (2º parágrafo) = adapta-se perfeitamente às necessidades.
- (D) *o peso da chaga do vazio* (2º parágrafo) = o impacto físico do sofrimento existencial.
- (E) *tinham em alta conta* (3º parágrafo) = atribuíam grande valor.

7. A palavra utilizada em sentido denotativo, conforme o contexto apresentado, está destacada em:

- (A) *a luta de classes ser um conceito que deita raízes justamente no ressentimento* (1º parágrafo)
- (B) *mas um dos seus efeitos mais marcantes é exatamente a tendência de nos tornar superficiais* (2º parágrafo)
- (C) *A alegria breve do consumo alivia o peso da chaga do vazio que segue sendo nossa sombra* (2º parágrafo)
- (D) *Neste, uma raça de insetos viveu por 1 milhão de anos* (3º parágrafo)
- (E) *E o universo continuou no seu silêncio e na sua indiferença.* (3º parágrafo)

8. De acordo com os preceitos da gramática normativa, a seguinte oração está correta:

- (A) À entrada da fortaleza abandonada, os exploradores descansavam a sombra de pinheiros.
- (B) À volta fogueira, serviam-se iguarias típicas, as quais os povos agregaram tradição e cuidado.
- (C) Durante a cerimônia em homenagem à escritora, o poeta emocionou à plateia ao declamar seus versos.
- (D) Até à cimeira da colina ensolarada, os peregrinos avançavam com cuidado, a busca de um santuário perdido nas montanhas.
- (E) Junto à tranquila lagoa, onde tudo parecia desolado, flores desabrochavam às margens como sinais esperança.

9. Observa o emprego da norma-padrão de concordância verbal na redação da seguinte frase:
- (A) Três semanas são muito para organizar uma exposição de arte tão pequena.
 - (B) Devem fazer muitos anos que eu explorei as trilhas da floresta tropical.
 - (C) Carlos ou Pedro serão o líder que apresentará as diretrizes do projeto final.
 - (D) Serenidade e equilíbrio é fundamental para os períodos de meditação.
 - (E) A maioria do corpo docente apoiaram a ampliação da carga horária.
10. A objetividade é um dos princípios da Redação Oficial, o que inclui evitar expressões redundantes. Essa característica está presente em:
- (A) O diretor apresenta, a seguir, um panorama geral das ações realizadas no exercício de 2023, abrangendo os principais programas e iniciativas implementados.
 - (B) Após análise técnica, propomos deferir favoravelmente o requerimento apresentado pelo servidor, conforme parecer anexado.
 - (C) O secretário informa que a concessão do serviço será revista, considerando-se os indícios de irregularidade na manutenção de monopólio pela empresa que o oferece.
 - (D) A implementação das novas diretrizes tem por objetivo alinhar os processos administrativos à expectativa futura de modernização e eficiência institucional.
 - (E) O analista ressalta que o plano estratégico foi elaborado com base em um modelo de referência amplamente reconhecido por organismos internacionais.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO**Josimar Padilha**

11. Em uma seção do TRT da 6ª Região – PE, trabalham 20 servidores, sendo que 10 atuam em questões trabalhistas entre sindicatos e trabalhadores, enquanto outros 15 se dedicam a questões entre sindicatos e empregadores. Todos atuam em pelo menos uma das ações sobre tais representações. Escolhendo-se um dos servidores e sabendo que ele atua em questões trabalhistas entre sindicatos e trabalhadores, a probabilidade de ele atuar também entre sindicatos e empregadores é de:
- (A) $1/2$
 - (B) $1/4$
 - (C) $1/5$
 - (D) $2/5$
 - (E) $1/8$
12. Na distribuição de frequência abaixo, temos as alturas de 30 servidores do TRT 6ª Região. Os valores estão agrupados em intervalos de classes, expressos em centímetros.

Alturas dos servidores (cm)	Frequência absoluta (fi)
160 — 170	5
170 — 180	6
180 — 190	10
190 — 200	7
200 — 210	2

A altura média dos servidores do TRT 6ª Região é dada aproximadamente por:

- (A) 183 cm
- (B) 185 cm
- (C) 187 cm
- (D) 189 cm
- (E) 195 cm

13. José é servidor do TRT da 6ª Região e analisa 10 processos trabalhistas em 10 dias. André, também servidor do TR da 6ª Região, analisa em 15 dias 10 processos idênticos aos analisados por José. Se um dia eles forem analisar juntos 10 processos idênticos aos já analisados anteriormente, essa tarefa será realizada em:
- (A) 12,5 dias
 - (B) 6 dias
 - (C) 8 dias
 - (D) 9 dias
 - (E) 5 dias
14. Do total de processos bimestrais recebidos em uma seção do TRT da 6ª Região, um dos servidores realiza uma conferência nos processos trabalhistas de 10 em 10 dias, outro realiza uma conferência nos processos de 15 em 15 dias, já o terceiro servidor de 12 em 12 dias. No dia 6 de janeiro de 2025, os três servidores realizaram juntos a conferência dos processos trabalhistas. O próximo dia em que eles realizarão juntos a conferência dos processos será:
- (A) 06/03/2025
 - (B) 07/03/2025
 - (C) 08/03/2025
 - (D) 09/03/2025
 - (E) 10/03/2025
15. Uma reunião no auditório do TRT da 6ª Região contou com 150 servidores. Desses, 60% eram mulheres e os demais, homens. Durante a reunião, algumas mulheres precisaram se ausentar, de modo que, entre os remanescentes, a quantidade de homens passou a representar 60%. A quantidade de mulheres que saiu da reunião foi:
- (A) 30
 - (B) 40
 - (C) 45
 - (D) 50
 - (E) 60

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO
Rafael de Oliveira

16. Conforme a Lei n. 8.112/1990, o provimento de cargo público ocorre por diversas formas. Assinale a alternativa que **não constitui forma de provimento** prevista na referida lei.
- (A) Nomeação.
 - (B) Promoção.
 - (C) Readaptação.
 - (D) Exoneração.
 - (E) Reversão.
17. A Resolução CNJ n. 550/2024 estabelece diretrizes para a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Assinale a alternativa correta referente ao assunto.
- I. O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário será elaborado e publicado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com informações recebidas via PLS-Jud.
 - II. O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário consiste em uma ferramenta de gestão e transparência dos resultados das ações voltadas à promoção da sustentabilidade nos órgãos do Poder Judiciário, por meio do monitoramento do uso dos recursos e serviços prestados, buscando melhor eficiência do gasto público.
 - III. Integram o Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário as variáveis e os indicadores constantes do Anexo, para fins de avaliação do desenvolvimento ambiental, econômico, social e cultural dos órgãos do Poder Judiciário.
- (A) Somente o item I está correto.
 - (B) Somente o item II está correto.
 - (C) Todos estão corretos.
 - (D) Nenhum está correto.
 - (E) Somente o item III está correto.
18. É direito dos(as) servidores(as) do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, exceto:
- (A) trabalhar em ambiente adequado, que preserve sua integridade física, moral, mental e psicológica.
 - (B) participar das atividades de capacitação e treinamento necessários ao seu desenvolvimento profissional.
 - (C) ser atualizado quanto aos novos métodos, técnicas e normas de trabalho aplicáveis na sua área de atuação.
 - (D) estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, sendo vedado expor ideias, pensamentos e opiniões.
 - (E) ter respeitado o sigilo das informações de ordem pessoal, que somente a ele digam respeito, inclusive médicas, ficando restritas somente ao próprio agente público e aos responsáveis pela guarda, manutenção e tratamento dessas informações, na forma da lei.
19. Conforme a Resolução Administrativa TRT6-GP n. 29/2023, alterada pela Resolução Administrativa TRT6 n. 2/2024, a prevenção e o enfrentamento às práticas de violência, assédio e discriminação terão sua base na gestão e organização do trabalho, observadas as seguintes diretrizes, exceto:
- (A) fomentar a gestão participativa, a integração entre servidores (as), gestores(as) e magistrados(as), o compartilhamento da experiência, a deliberação coletiva e a cooperação vertical, horizontal e transversal.
 - (B) promover a melhoria contínua e sustentável no ambiente de trabalho, contemplando as dimensões física, social, psicológica e organizacional.
 - (C) assegurar o respeito à diversidade, coibir toda e qualquer forma de discriminação nas relações de trabalho e formular mecanismos, gestão e atitudes que favoreçam o assédio.
 - (D) promover a comunicação horizontal, o diálogo, o feedback e canais de escuta e discussão com o objetivo de identificar problemas e propor ações de melhoria no ambiente e nas relações de trabalho.
 - (E) desenvolver a cultura da autoridade cooperativa, da confiança, da valorização da experiência de trabalho, da discussão e deliberação coletiva e do compromisso com a qualidade e a efetividade dos serviços judiciários.
20. Conforme o Regimento Interno do TRT da 6ª Região (Resolução Administrativa n. 22/2021), é de competência do Tribunal Pleno exceto, processar e julgar, exceto:
- (A) os dissídios coletivos no âmbito de sua jurisdição, suas revisões e os pedidos de extensão das sentenças normativas.
 - (B) os mandados de segurança contra seus atos, os dos seus Desembargadores e dos Juizes quando convocados a atuar neste Tribunal.
 - (C) as ações rescisórias dos acórdãos das Seções Especializadas ou do Pleno deste Tribunal.
 - (D) os conflitos de competência entre seus membros.
 - (E) os agravos regimentais que sejam da competência das Turmas e das Seções Especializadas.

DIREITOS HUMANOS**Matheus Atalano**

21. Sobre a relação entre a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos, é correto afirmar que:
- (A) todos os tratados internacionais assinados pelo Brasil são automaticamente incorporados ao ordenamento jurídico com status de emenda constitucional.
 - (B) o § 3º do artigo 5º da Constituição prevê que tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo Congresso Nacional em dois turnos, por três quintos dos votos, têm status de emenda constitucional.
 - (C) o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que todos os tratados internacionais possuem status supralegal, independentemente do tema tratado.
 - (D) a Constituição Federal não prevê qualquer mecanismo específico para a incorporação de tratados internacionais de direitos humanos ao ordenamento jurídico.
 - (E) os tratados internacionais incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro possuem automaticamente o mesmo status das normas constitucionais.
22. Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada em 1948, é correto afirmar que:
- (A) a DUDH tem força de tratado internacional e é juridicamente vinculante para todos os Estados-Membros da ONU.
 - (B) a DUDH prevê que todos têm direito a um padrão de vida adequado, incluindo alimentação, vestuário e habitação.
 - (C) o direito à liberdade de expressão, previsto na DUDH, limita-se a comunicações verbais, não abrangendo outros meios de expressão.
 - (D) a DUDH restringe o direito à igualdade apenas aos cidadãos dos Estados que a ratificaram.
 - (E) a DUDH garante o direito à propriedade apenas para cidadãos dos Estados-Membros da ONU.
23. Sobre a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, é correto afirmar que:
- (A) a CADH prevê que o direito à vida é protegido desde o momento da concepção, com exceções específicas para casos previstos em lei.
 - (B) a CADH estabelece que apenas os cidadãos dos Estados Partes têm direito ao devido processo legal.
 - (C) a CADH permite a pena de morte em qualquer circunstância, desde que aprovada por lei nacional.
 - (D) a CADH não prevê mecanismos para petições individuais em casos de violação de direitos humanos.
 - (E) a CADH limita a liberdade de pensamento e expressão, permitindo censura prévia em casos excepcionais.
24. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), adotado em 1966, é um dos principais tratados internacionais de direitos humanos. Assinale a alternativa correta sobre o PIDCP.
- (A) O PIDCP assegura a proteção apenas dos direitos políticos e exclui qualquer menção aos direitos civis, que são tratados em um pacto separado.
 - (B) O PIDCP é vinculante apenas para os Estados membros do Conselho de Direitos Humanos da ONU.
 - (C) O PIDCP prevê a criação de um comitê, o Comitê de Direitos Humanos, responsável por monitorar a implementação do pacto pelos Estados Partes.
 - (D) O PIDCP não permite reservas ou exceções, exigindo que todos os Estados Partes implementem integralmente todas as suas disposições.
 - (E) O PIDCP estabelece como única obrigação dos Estados Partes a elaboração de relatórios periódicos sobre a situação dos direitos humanos em seus territórios, sem a possibilidade de sanções ou recomendações.
25. Sobre a teoria das gerações de direitos humanos, é correto afirmar que:
- (A) os direitos de primeira geração estão relacionados exclusivamente ao direito à saúde e à educação, surgindo com a consolidação do Estado de bem-estar social.
 - (B) os direitos de segunda geração têm como base os direitos civis e políticos, surgidos no contexto das revoluções liberais do século XVIII.
 - (C) os direitos de terceira geração estão relacionados a interesses coletivos, como o direito ao meio ambiente saudável, ao desenvolvimento e à paz.
 - (D) a teoria das gerações de direitos humanos estabelece que os direitos de gerações anteriores deixam de ser aplicáveis conforme surgem novos direitos.
 - (E) os direitos de primeira geração, por serem os mais antigos, têm prioridade sobre os direitos de segunda e terceira gerações.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Maurício Franceschini

26. O sistema operacional Windows 11 permite criar contas, por meio das quais é possível ter permissão para acessar as funcionalidades do computador. Para se criar uma conta de usuário local no Windows, deve-se acessar:

- (A) Iniciar > Contas > Configurações > Suas Informações
- (B) Iniciar > Configurações > Contas > Outros Usuários
- (C) Explorador de Arquivos > Configurações > Contas
- (D) Iniciar > Configurações > Contas > Opções de Entrada
- (E) Iniciar > Configurações > Contas > Chaves de Acesso

27. Analise a tabela elaborada no editor de textos MS Word 365 abaixo:

Produto	Quantidade
Cadeiras	5
Mesas	7
Armários	9
Total	12

De acordo com a tabela acima, é correto dizer que há uma fórmula inserida na última linha da segunda coluna dessa tabela e que tal fórmula é:

- (A) =SOMA(ABOVE)
- (B) =SUM(ABOVE)
- (C) =SUM(B2:B3)
- (D) =SUM(B2:B4)
- (E) =SUM(B2;B3)

28. No editor de textos Documentos Google, pertencente à suíte Google Workspace, o botão  permite:

- (A) inserir hiperlink no trecho de texto selecionado.
- (B) inserir um comentário ao documento.
- (C) diminuir o recuo do texto.
- (D) inserir uma imagem ao documento.
- (E) aumentar o recuo do texto.

29. O aplicativo Gmail é um webmail acessado por meio de um navegador, o qual permite enviar e receber mensagens de correio eletrônico. A esse respeito, analise as assertivas a seguir e marque a alternativa correta.

- I. Caso o usuário se arrependa de ter enviado uma mensagem, ele ainda pode cancelar o envio dentro de alguns segundos.
 - II. O Gmail não permite anexar arquivos aos e-mails a partir da nuvem.
- (A) A afirmativa I está correta e a II está incorreta.
 - (B) A afirmativa I está incorreta e a II está correta.
 - (C) As afirmativas I e II estão incorretas.
 - (D) As afirmativas I e II estão corretas.
 - (E) A afirmativa II está incorreta por ser consequência da afirmativa I.

30. Em relação aos conceitos de redes de computadores e internet, analise as seguintes afirmativas:

- I. Uma rede intranet é uma rede projetada para ser acessada por colaboradores de uma instituição pelo fato de ser uma rede privada e de acesso restrito.
- II. Uma rede intranet pode ser acessada externamente por meio de uma extranet ou de uma VPN.
- III. Uma rede intranet pode ser classificada como PAN, LAN, MAN ou WAN, dependendo do seu alcance.

Está correto o que se afirma apenas em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL
Pâmella Thayná

31. A Constituição Federal garante, expressamente, a gratuidade na obtenção de certidões nas repartições públicas, desde que para a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal. Sobre essa garantia fundamental, é correto dizer que:
- (A) é assegurada apenas aos cidadãos brasileiros.
 - (B) é norma de eficácia plena, pois não depende de regulamentação legal.
 - (C) não inclui as certidões emitidas pelo Poder Judiciário.
 - (D) independe da demonstração do interesse pessoal do requerente.
 - (E) a gratuidade inclui o fornecimento de cópias dos documentos.
32. João fraudou o processo de naturalização e, por isso, teve sua naturalização cancelada por sentença judicial. Mônica, após ter conseguido sua naturalização italiana, requereu a perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira, pois sentia vergonha de ser reconhecida como brasileira na Europa. Marcos, brasileiro nato, adquiriu voluntariamente outra nacionalidade, muito embora não fosse condição de permanência no país. Levando-se em consideração apenas as informações fornecidas, perderão a nacionalidade brasileira:
- (A) João, Mônica e Marcos.
 - (B) Marcos, apenas.
 - (C) João, apenas.
 - (D) Mônica e João, apenas.
 - (E) Marcos e João, apenas.
33. Determinado Município da Federação promulgou lei estabelecendo a obrigatoriedade de instalação, nos shopping centers, de ambulatório médico ou de serviço de pronto-socorro equipado com médico e ambulância para atendimento de emergência. Diante do ordenamento jurídico vigente, a referida lei
- (A) está em plena consonância com a Constituição Federal.
 - (B) invadiu a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho.
 - (C) trata apenas sobre a defesa da saúde, logo, é norma de competência concorrente da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.
 - (D) viola a Constituição Federal, já que não compete aos Municípios tratar sobre assuntos de competência de outros entes, ainda que disponha sobre interesse local.
 - (E) equivoca-se apenas ao estabelecer uma obrigatoriedade.
34. A supervisão orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus é de competência:
- (A) do Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
 - (B) do Conselho da Justiça Federal.
 - (C) do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
 - (E) do Conselho Nacional de Justiça.
35. De acordo com a Constituição Federal, a competência para concessão de indulto e comutação de penas:
- (A) é do Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República.
 - (B) é do Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República.
 - (C) é privativa do Presidente da República, podendo ser delegável ao Vice-Presidente da República.
 - (D) é exclusiva do Presidente da República, portanto, indelegável.
 - (E) é privativa do Presidente da República, podendo ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado Geral da União.
36. A apresentação de emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa privativa do Presidente da República
- (A) não é admitida pela ordem constitucional.
 - (B) é admitida, tendo em vista que a função legislativa é, a priori, do Congresso Nacional, logo, a ele cabe fazer as adequações no texto da lei.
 - (C) somente é admitida se houver pertinência temática, desde que não acarrete qualquer aumento de despesa.
 - (D) é admitida excepcionalmente, desde que haja pertinência temática e que não acarrete aumento de despesa, ressalvada a possibilidade no caso de emendas ao projeto de lei orçamentária anual.
 - (E) somente é admitida nos projetos de leis orçamentárias.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO
Rafael de Oliveira

37. A Constituição Federal estabelece princípios que regem a administração pública. Sobre esses princípios, assinale a alternativa **correta**.
- (A) A publicidade administrativa é limitada aos atos normativos, não abrangendo atos concretos.
 - (B) O princípio da eficiência, apesar de previsto constitucionalmente, não impõe obrigação de resultado ao agente público.
 - (C) A moralidade administrativa é um princípio implícito na Constituição Federal de 1988.
 - (D) O princípio da legalidade significa que a administração pode agir de acordo com o que não estiver expressamente vedado pela legislação.
 - (E) O princípio da impessoalidade impede que o agente público tenha responsabilidade por seus atos administrativos.
38. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n. 4.657/1942), especialmente em sua aplicação na administração pública, é correto afirmar que:
- (A) a LINDB estabelece que as decisões administrativas devem ser fundamentadas apenas em critérios normativos.
 - (B) a LINDB veda expressamente a análise de consequências práticas nas decisões administrativas.
 - (C) os agentes públicos devem considerar, na aplicação da LINDB, as dificuldades reais de cumprimento de uma obrigação pública.
 - (D) não há previsão na LINDB para a motivação de decisões administrativas com base em precedentes.
 - (E) a LINDB restringe-se à aplicação de normas de direito civil, não abrangendo a administração pública.
39. O poder de polícia é uma das prerrogativas da administração pública. Assinale a alternativa que **não** corresponde a uma característica do poder de polícia.
- (A) Autoexecutoriedade.
 - (B) Coercibilidade.
 - (C) Discricionariedade.
 - (D) Privilégio da iniciativa privada.
 - (E) Finalidade pública.
40. A Lei de Improbidade Administrativa sofreu alterações significativas com a Lei n. 14.230/2021. Sobre essas alterações, analise as afirmativas abaixo e assinale a correta.
- (A) A improbidade administrativa passou a admitir a modalidade culposa em casos de danos ao erário.
 - (B) A prescrição passou a ser contada a partir da prática do ato ímprobo, independentemente de ciência da Administração.
 - (C) O dolo passou a ser requisito essencial para a configuração de ato de improbidade administrativa.
 - (D) A lei excluiu a possibilidade de aplicação de sanções a terceiros que se beneficiaram de atos ímprobos.
 - (E) A ação de improbidade pode ser proposta por qualquer cidadão, desde que representado por advogado.
41. De acordo com a Lei n. 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, assinale a alternativa **correta**.
- (A) A lei extinguiu completamente a modalidade de convite no processo licitatório.
 - (B) A inexigibilidade de licitação ocorre quando houver viabilidade de competição, mas por razões técnicas não se justifica a escolha de outro fornecedor.
 - (C) O pregão eletrônico tornou-se a única modalidade obrigatória para contratações no âmbito federal.
 - (D) O princípio da adjudicação compulsória impede a revogação do certame licitatório.
 - (E) A lei prevê que a contratação direta pode ser utilizada exclusivamente nos casos de emergência ou calamidade pública.
42. Assinale a alternativa que **corretamente** descreve o controle da administração pública.
- (A) O controle externo é exercido apenas pelo Poder Judiciário, ao apreciar a legalidade dos atos administrativos.
 - (B) O controle interno é realizado exclusivamente pelos órgãos de auditoria do Poder Executivo.
 - (C) O Tribunal de Contas não possui competência para sustar diretamente atos administrativos irregulares.
 - (D) O Poder Legislativo pode substituir o controle interno, nos casos de ineficiência deste.
 - (E) O controle judicial de atos administrativos é realizado de ofício, sem necessidade de provocação da parte interessada.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Rafael Barbosa**

43. As organizações formais modernas apresentam diferentes tipos de estruturas organizacionais, cada uma com características, finalidades e critérios específicos de departamentalização. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.
- (A) A estrutura matricial combina as vantagens das estruturas funcional e divisional, mas elimina a necessidade de coordenação entre gestores.
 - (B) A departamentalização por processos é amplamente utilizada em organizações que buscam atender a diferentes mercados geográficos de forma integrada.
 - (C) A estrutura funcional é caracterizada pela especialização por áreas de conhecimento, resultando em eficiência, mas podendo gerar silos organizacionais.
 - (D) A departamentalização por clientes é a mais indicada para organizações que têm processos produtivos altamente padronizados.
 - (E) A estrutura divisional é recomendada para organizações pequenas, pois prioriza a simplicidade e reduz a necessidade de supervisão.
44. A gestão pública e a gestão privada apresentam tanto semelhanças quanto diferenças em suas práticas e objetivos. Sobre essas convergências e diferenças, assinale a alternativa correta.
- (A) A gestão pública e a gestão privada possuem como objetivo principal a maximização do lucro e a redução de custos operacionais.
 - (B) Tanto a gestão pública quanto a privada utilizam princípios de eficiência, mas a gestão pública enfatiza o atendimento ao interesse coletivo.
 - (C) Na gestão privada, a transparência é obrigatória em todos os processos, enquanto na gestão pública ela é facultativa, dependendo da legislação local.
 - (D) A gestão pública é caracterizada pela flexibilidade nos processos decisórios, enquanto a gestão privada é amplamente burocratizada.
 - (E) Não há convergências entre a gestão pública e a gestão privada, pois ambas possuem finalidades completamente distintas.
45. Os princípios básicos da administração pública no Brasil, previstos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, orientam a atuação dos agentes públicos. Sobre esses princípios, assinale a alternativa correta.
- (A) O princípio da eficiência exige que os atos administrativos sejam realizados com a máxima celeridade, ainda que comprometam a economicidade.
 - (B) O princípio da moralidade na administração pública determina que as ações dos agentes públicos sejam legais, independentemente de critérios éticos.
 - (C) O princípio da publicidade exige a transparência dos atos administrativos, permitindo o sigilo apenas nos casos previstos em lei.
 - (D) O princípio da legalidade na administração pública autoriza os agentes públicos a atuar livremente, desde que não violem leis.
 - (E) O princípio da impessoalidade permite que os agentes públicos utilizem suas funções para atender interesses pessoais, desde que respeitem as normas legais.
46. A gestão de resultados na produção de serviços públicos visa alinhar os recursos e esforços da administração para alcançar resultados concretos que beneficiem a sociedade. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.
- (A) A gestão de resultados enfatiza exclusivamente o cumprimento de metas financeiras, desconsiderando a qualidade dos serviços prestados.
 - (B) A avaliação de resultados na gestão pública está fundamentada apenas no número de serviços realizados, não abrangendo a satisfação dos cidadãos.
 - (C) A gestão de resultados prioriza a eficácia, sem comprometer a eficiência e a qualidade dos serviços oferecidos à população.
 - (D) O foco principal da gestão de resultados é atender interesses específicos de grupos sociais, mesmo que em detrimento do interesse coletivo.
 - (E) Na gestão pública, a gestão de resultados descarta o uso de indicadores de desempenho por ser incompatível com a natureza dos serviços públicos.

47. O processo organizacional envolve etapas fundamentais, como planejamento, direção, coordenação, comunicação, controle e avaliação, que contribuem para o funcionamento eficiente das organizações públicas. Sobre essas etapas, assinale a alternativa correta.
- (A) O planejamento é a última etapa do processo organizacional e depende diretamente dos resultados obtidos nas fases de controle e avaliação.
 - (B) A direção está relacionada ao estabelecimento de metas, enquanto a comunicação refere-se exclusivamente à disseminação de ordens hierárquicas.
 - (C) A coordenação busca integrar os esforços das diversas áreas, promovendo harmonia no trabalho coletivo.
 - (D) O controle e a avaliação são etapas opcionais no processo organizacional, sendo realizadas apenas em situações de crise.
 - (E) A comunicação no processo organizacional está limitada à transmissão de informações formais, desconsiderando aspectos interpessoais.
48. O processo decisório é fundamental para a gestão pública, envolvendo a escolha entre alternativas disponíveis para alcançar objetivos organizacionais. Sobre os tipos de decisão e o processo decisório, assinale a alternativa correta.
- (A) Decisões programadas são aquelas que requerem análise profunda e resolução de problemas inéditos na organização.
 - (B) Decisões estratégicas referem-se a escolhas operacionais feitas para resolver problemas do dia a dia da organização.
 - (C) O processo decisório racional é baseado na análise sistemática de dados e informações, visando à escolha da melhor alternativa possível.
 - (D) Decisões táticas são aquelas voltadas exclusivamente para o ambiente externo da organização, como a interação com stakeholders.
 - (E) O processo decisório intuitivo é utilizado exclusivamente em organizações públicas devido à alta complexidade de seus problemas.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

Fernanda Rocha

49. Joana trabalha como garçomete em um restaurante de grande porte, recebendo um salário fixo mensal. Além disso, ela recebe gorjetas deixadas diretamente pelos clientes e um percentual fixo sobre as vendas mensais, conforme estipulado em contrato. Em determinado mês, Joana recebeu um prêmio em dinheiro, concedido pelo empregador, em reconhecimento ao seu excelente desempenho, que superou as metas estabelecidas. Em relação à remuneração de Joana, considerando o disposto na CLT, assinale a alternativa correta.
- (A) As gorjetas e o percentual sobre as vendas integram o salário de Joana, enquanto o prêmio em dinheiro, por ser uma liberalidade do empregador, integra a remuneração para fins de encargos trabalhistas.
 - (B) Apenas o salário fixo e as gorjetas recebidas diretamente dos clientes integram o salário de Joana, não se considerando o prêmio e o percentual sobre vendas para fins de encargos trabalhistas.
 - (C) As gorjetas, o salário fixo e o percentual sobre as vendas integram o salário de Joana, mas o prêmio em dinheiro, por ser uma gratificação legal, não integra sua remuneração.
 - (D) O percentual sobre as vendas e o salário fixo integram o salário de Joana, enquanto as gorjetas e o prêmio em dinheiro não compõem a remuneração, não incidindo encargos trabalhistas sobre eles.
 - (E) O salário fixo e o percentual sobre as vendas integram o salário de Joana, enquanto as gorjetas e o prêmio em dinheiro não integram a remuneração, não sendo incorporados ao contrato de trabalho e isentos de encargos trabalhistas.
50. Carlos é garçom em um restaurante de alto padrão e recebe um salário fixo mensal, além de gorjetas espontaneamente deixadas pelos clientes e uma taxa de serviço de 10% cobrada pelo empregador nas contas. Ao final do ano, Carlos questionou o departamento de recursos humanos sobre o cálculo de suas férias, adicional noturno e horas extras. O RH informou que as gorjetas integram sua remuneração e, por isso, seriam incluídas no cálculo dessas verbas.
- Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.
- (A) As gorjetas recebidas por Carlos, sejam espontâneas ou cobradas pelo empregador, integram a remuneração e servem de base de cálculo para férias, 13º salário e horas extras.
 - (B) As gorjetas cobradas na nota de serviço integram o salário de Carlos e incidem sobre todas as verbas trabalhistas, incluindo aviso-prévio, adicional noturno e repouso semanal remunerado.
 - (C) As gorjetas recebidas por Carlos integram a remuneração, mas não servem de base para o cálculo de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
 - (D) Apenas as gorjetas espontâneas integram a remuneração de Carlos, enquanto as cobradas na nota de serviço não possuem natureza salarial, não incidindo sobre verbas trabalhistas.
 - (E) As gorjetas, por não serem pagas diretamente pelo empregador, não integram a remuneração de Carlos e não devem incidir em nenhum cálculo de verbas trabalhistas.

51. Marta foi contratada para trabalhar em uma loja de roupas sob o regime de tempo parcial. Seu contrato prevê uma jornada de 24 horas semanais, com a possibilidade de realizar até 6 horas suplementares por semana, conforme necessidade do empregador. No mês de dezembro, Marta realizou 4 horas suplementares em uma semana e não houve compensação dessas horas na semana seguinte. Marta questionou como seria feito o pagamento dessas horas.

Com base na legislação vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) As horas suplementares realizadas por Marta devem ser pagas com acréscimo de 100% sobre o valor do salário-hora normal, uma vez que se trata de trabalho em tempo parcial.
 - (B) As horas suplementares não geram pagamento adicional, pois podem ser compensadas ao longo do mês, independentemente de previsão no contrato.
 - (C) As horas suplementares devem ser pagas com acréscimo de 50% sobre o salário-hora normal, se não forem compensadas até a semana imediatamente posterior à sua execução.
 - (D) As horas suplementares devem ser pagas de forma integral, sem acréscimo, pois Marta está contratada sob regime de tempo parcial, que não prevê adicional por hora extra.
 - (E) Marta não tem direito a realizar horas suplementares, uma vez que sua jornada é inferior a 30 horas semanais, sendo vedada qualquer hora adicional.
52. Roberto trabalha em uma indústria metalúrgica com jornada de 8 horas diárias. Em virtude de um aumento na produção, Roberto realizou horas extras durante o mês de outubro. A empresa possui um banco de horas, mas não houve compensação integral das horas extras realizadas por Roberto. Em dezembro, seu contrato foi rescindido. Ao verificar o saldo do banco de horas, Roberto percebeu que ainda havia 15 horas extras pendentes.

Com base na legislação trabalhista, assinale a alternativa correta.

- (A) As horas extras não compensadas deverão ser pagas com um adicional de, pelo menos, 50%, calculado sobre o valor da remuneração na data da rescisão do contrato.
 - (B) As horas extras não compensadas de Roberto serão pagas com um adicional de 100%, calculado sobre o valor do salário na data em que foram realizadas.
 - (C) Roberto não terá direito ao pagamento das horas extras, pois a existência do banco de horas exime a empresa dessa obrigação.
 - (D) As horas extras não compensadas serão pagas com base no valor do salário na data em que as horas foram realizadas, sem adicional.
 - (E) As horas extras não compensadas poderão ser compensadas após a rescisão, mediante acordo entre as partes, sem pagamento adicional.
53. Mariana é operadora de caixa em um supermercado e, durante o período aquisitivo de 12 meses, faltou ao trabalho em 10 ocasiões sem justificativa formal. Ao término desse período, ela foi informada sobre o número de dias de férias a que teria direito. Mariana questionou se suas faltas impactariam o tempo de férias, uma vez que havia trabalhado regularmente nos demais dias.

Com base na legislação trabalhista, assinale a alternativa correta:

- (A) Mariana terá direito a 30 dias corridos de férias, pois suas faltas não podem ser descontadas do período de descanso.
 - (B) Mariana terá direito a 24 dias corridos de férias, considerando o número de faltas durante o período aquisitivo.
 - (C) Mariana terá direito a 18 dias corridos de férias, já que suas faltas, mesmo não justificadas, não podem ultrapassar 10 dias no ano.
 - (D) Mariana terá direito a 12 dias corridos de férias, pois o número de faltas foi superior a 8, afetando diretamente o período de descanso.
 - (E) Mariana perderá o direito a férias, uma vez que acumulou mais de 5 faltas não justificadas durante o período aquisitivo.
54. Paulo trabalhou em uma empresa de tecnologia por 5 anos. Ao decidir buscar novos desafios profissionais, Paulo conversou com seu empregador e ambos acordaram a rescisão do contrato de trabalho de forma consensual, conforme previsto na legislação. Nesse caso, assinale a alternativa correta sobre as verbas devidas a Paulo.

- (A) Paulo terá direito à indenização integral sobre o saldo do FGTS, ao aviso prévio indenizado completo e poderá sacar 100% do saldo do FGTS, mas não terá acesso ao seguro-desemprego.
- (B) Paulo terá direito ao aviso prévio e à indenização sobre o saldo do FGTS pela metade, além do saque de até 80% do FGTS, mas não poderá acessar o seguro-desemprego.
- (C) Paulo receberá todas as verbas rescisórias de forma integral, incluindo o aviso prévio e a multa do FGTS, mas não poderá sacar o saldo do FGTS.
- (D) Paulo terá direito ao aviso prévio integral, à indenização sobre o saldo do FGTS pela metade e ao saque de 100% do saldo do FGTS, mas não poderá acessar o seguro-desemprego.
- (E) Paulo receberá metade de todas as verbas rescisórias, incluindo férias proporcionais e décimo terceiro, mas poderá sacar até 80% do saldo do FGTS.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**Fernanda Rocha**

55. João, advogado trabalhista, ingressou com uma reclamação na Justiça do Trabalho em 15 de dezembro. No dia 18 de dezembro, o juiz determinou a intimação da parte reclamada, concedendo um prazo de 10 dias úteis para manifestação. No entanto, João ficou em dúvida sobre a contagem do prazo, considerando o período de fim de ano.

Com base na legislação vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo para a manifestação da parte reclamada começa a contar normalmente a partir do dia seguinte à intimação, sem qualquer suspensão durante o recesso de fim de ano.
 - (B) O prazo processual fica suspenso entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, sendo retomado a partir do dia 21 de janeiro.
 - (C) O prazo da parte reclamada é contado em dias corridos, independentemente do período de recesso, encerrando-se no dia 30 de dezembro.
 - (D) O prazo processual só se suspende entre os dias 24 de dezembro e 1º de janeiro, sendo retomado em 2 de janeiro.
 - (E) Durante o período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, o prazo é contado normalmente, mas não há audiências nem sessões de julgamento.
56. Lucas, advogado, ingressou com uma reclamação trabalhista em nome de seu cliente, pleiteando verbas rescisórias e horas extras. Ao final do processo, o juiz reconheceu parcialmente o pedido, condenando a empresa a pagar as verbas rescisórias, mas rejeitando o pedido de horas extras. O advogado da empresa também solicitou honorários de sucumbência.
- Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.
- (A) Lucas terá direito aos honorários de sucumbência apenas sobre as verbas rescisórias reconhecidas, enquanto o advogado da empresa não terá direito a honorários, pois o pedido de horas extras foi rejeitado.
 - (B) Apenas Lucas terá direito aos honorários de sucumbência, pois seu cliente obteve parte do que foi pleiteado na ação trabalhista.
 - (C) O juiz deverá fixar honorários de sucumbência recíproca, ou seja, tanto Lucas quanto o advogado da empresa terão direito a honorários proporcionais ao êxito de cada parte, vedada a compensação entre eles.
 - (D) Lucas terá direito a honorários de sucumbência, mas o advogado da empresa não, pois a empresa foi condenada ao pagamento das verbas rescisórias.
 - (E) O juiz fixará os honorários apenas para Lucas, com base no valor integral da causa, independentemente do resultado parcial da sentença.

57. Renata ingressou com uma reclamação trabalhista alegando ter realizado horas extras diariamente sem o devido pagamento. Durante a audiência, a empresa apresentou cartões de ponto que indicavam o cumprimento regular da jornada de trabalho, sem registros de sobrejornada. Renata afirmou que os cartões de ponto não refletiam a realidade e solicitou ao juiz a inversão do ônus da prova, alegando que seria impossível comprovar a ausência de marcação correta.

Com base na legislação trabalhista, assinale a alternativa correta.

- (A) O ônus de comprovar a realização das horas extras cabe integralmente à empresa, uma vez que esta detém os registros de jornada do empregado.
- (B) O ônus de provar a existência das horas extras é de Renata, sendo necessária a apresentação de provas concretas para desconstituir os registros apresentados pela empresa.
- (C) O juiz poderá inverter o ônus da prova, desde que fundamente sua decisão e permita que a empresa se desincumba do novo encargo, respeitando o contraditório.
- (D) O juiz não poderá inverter o ônus da prova, pois a responsabilidade de demonstrar o fato constitutivo do direito é sempre do reclamante.
- (E) Em caso de dúvida, o ônus da prova será repartido igualmente entre as partes, permitindo que ambas apresentem os elementos necessários para esclarecer os fatos.

58. Carlos ajuizou reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, alegando verbas rescisórias não pagas. A audiência inicial foi agendada, mas Carlos não compareceu, sem apresentar justificativa prévia. Diante dessa ausência, o juiz determinou o arquivamento do processo e a condenação de Carlos ao pagamento das custas processuais, mesmo sendo beneficiário da justiça gratuita.

Sobre o caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) Carlos não será condenado ao pagamento de custas processuais, pois é beneficiário da justiça gratuita, independentemente da ausência na audiência.
 - (B) O arquivamento do processo impede Carlos de ajuizar nova reclamação trabalhista sobre o mesmo tema, mesmo que pague as custas processuais.
 - (C) Carlos poderá ajuizar nova reclamação trabalhista sobre o mesmo tema, mas deverá pagar as custas do processo arquivado, salvo se comprovar justificativa legal para sua ausência em até 15 dias.
 - (D) A ausência de Carlos não implica arquivamento do processo, mas apenas a remarcação da audiência, independentemente de justificativa.
 - (E) Caso Carlos apresente novo pedido trabalhista, o juiz poderá dispensar o pagamento das custas, desde que o valor em discussão não ultrapasse 40 salários mínimos.
59. Joana ajuizou uma reclamação trabalhista que foi julgada improcedente na Vara do Trabalho. Inconformada com a decisão, Joana deseja interpor um recurso ordinário para tentar reverter a sentença. Seu processo tramita sob o rito sumaríssimo, e o advogado de Joana a informou sobre as particularidades desse procedimento.

Com base na legislação trabalhista, assinale a alternativa correta.

- (A) Joana terá o prazo de 15 dias para interpor o recurso ordinário contra a decisão, e o relator deverá liberá-lo para julgamento em até 5 dias após a distribuição.
 - (B) O recurso ordinário deverá ser interposto no prazo de 8 dias, e uma vez recebido no Tribunal, o relator terá até 10 dias para liberá-lo para julgamento, sem a necessidade de revisão por outro magistrado.
 - (C) Joana poderá interpor o recurso ordinário em até 10 dias, mas o julgamento no Tribunal não terá prazo definido, dependendo da disponibilidade de pauta.
 - (D) O prazo para interposição do recurso ordinário é de 8 dias, e o relator terá até 30 dias para liberá-lo, após o parecer escrito do Ministério Público do Trabalho.
 - (E) O recurso ordinário, no rito sumaríssimo, permite que o relator o mantenha em seu gabinete para revisão, podendo estender o prazo de julgamento conforme a complexidade da causa.
60. A empresa "X" teve uma decisão trabalhista desfavorável em fase de execução, resultando na penhora de seus bens. Após a penhora, a empresa foi intimada a apresentar embargos à execução. O advogado da empresa argumentou que a dívida havia sido quitada integralmente e que o título judicial era inexigível, pois se baseava em uma lei declarada inconstitucional pelo STF.

Com base na legislação trabalhista, assinale a alternativa correta.

- (A) A empresa poderá apresentar embargos à execução no prazo de 10 dias, e o juiz deverá julgar a alegação de inconstitucionalidade separadamente.
- (B) A empresa terá 5 dias para apresentar embargos à execução, podendo alegar o cumprimento da decisão, quitação ou prescrição da dívida, bem como a inexigibilidade do título.
- (C) A empresa não poderá alegar a inexigibilidade do título nos embargos, pois essa matéria só pode ser discutida em sede de recurso ordinário.
- (D) O prazo para embargos à execução é de 8 dias, e o juiz não poderá reconhecer a inexigibilidade do título com base em inconstitucionalidade, sendo competência exclusiva do STF.
- (E) Caso a empresa arrole testemunhas em seus embargos, o juiz deverá, obrigatoriamente, marcar audiência para a oitiva dentro de 10 dias.

DISCURSIVA
Fidelis Almeida

Instruções gerais: Conforme edital publicado “[...] 11.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o(a) candidato(a) deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 11.6 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 11.4 deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do(a) candidato(a); f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 11.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo(a) candidato(a) será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.8 Na **Prova Discursiva-Redação**, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de **20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 11.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez). 11.9.1 Para os(as) candidatos(as) que concorrem às vagas de ampla concorrência considerar-se-á habilitado(a) o(a) candidato(a) que tiver obtido nota igual ou superior a 6,00 (seis). [...]”

I

Pesquisas comparativas internacionais mostram que sociedades marcadas por elevados índices de desigualdade econômica e social apresentam alta probabilidade de que amplas camadas de sua população sejam caracterizadas pelo desconhecimento de direitos. Essa característica compromete a universalização do acesso à justiça, afastando da porta de entrada todos aqueles que sequer possuem informações sobre direitos. Um retrato da situação brasileira, ainda que pouco aprofundado, pode ser captado a partir de alguns índices. país, no ano de 2012, obteve 0,498 pontos no Coeficiente de Gini², revelando alta concentração de renda e significativa desigualdade. Dados da Pesquisa acional por Amostra de Domicílios (Pnad) confirmam o elevado grau de distanciamento entre os mais ricos e os mais pobres, mostrando que em 2012 os que ocupavam posições no topo da pirâmide, isto é, 1%, tiveram sua renda aumentada em 10,8%, enquanto a dos mais pobres cresceu 6,6%. A desigualdade de renda combinada com graves deficiências nos resultados de políticas públicas visando à garantia de direitos sociais gera uma estrutura social baseada em desigualdades cumulativas. Isto é, um sistema de exclusões alimentado por limitações na rede de proteção social e pela precariedade dos serviços públicos. Assim, as assimetrias de renda se reproduzem e impulsionam as diferenças nos graus de escolaridade, no acesso e qualidade de moradia e na saúde, enfim, em padrões de bem-estar social.

SADEK, Maria Tereza Aina. **Acesso à justiça**: um direito e seus obstáculos. Revista USP, n. 101, p. 55-66, 2014. Acesso em: 8 jan. 2025. Adaptado

II

A construção de práticas que democratizem o acesso à justiça passa, em boa medida, pela crítica à cultura jurídica construída historicamente e até hoje hegemônica em nosso país. Nessa perspectiva, forçoso reconhecer o quanto nosso Sistema de Justiça se estrutura em bases elitistas e como esse elitismo constitui forte óbice à identificação e à assimilação de demandas sociais contrárias aos interesses das elites.

O elitismo manifesta-se tanto no acesso ao direito quanto na própria concepção de acesso à justiça. O processo judicial, tal como configurado, constitui relação de poder que fixa fronteiras a todo instante. Uma dessas fronteiras, talvez a mais sutil, reside na centralidade da verdade processual e formal, em substituição à busca pela justiça. Essa centralidade converteu justiça em segurança, transformou valor em formalidade.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Democratizando o acesso à Justiça: 2022. Brasília: CNJ, 2022. 175 p. Acesso em: 8 jan. 2025. Adaptado

Considerando as ideias apresentadas nos textos I e II, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do tema:

DESAFIOS PARA GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL À JUSTIÇA NO BRASIL

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE)
Técnico Judiciário - Área Administrativa (Pós-Edital)

Folha de Respostas

Número do Caderno 000000000	Cargo ou Opção Técnico Judiciário – Área Administrativa
---------------------------------------	---

Objetiva Seletiva

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -

REDAÇÃO

SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva